

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
O capitalismo contemporâneo e a universidade na periferia			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Scheilla Nunes Gonçalves	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professora Substituta
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente texto procura problematizar a produção social de conhecimento na contemporaneidade e os impactos de seu desenvolvimento histórico que atuam nas reconfigurações da função social da universidade periférica – no caso, a brasileira. Objetiva mostrar o lugar de destaque das questões do desenvolvimento das forças produtivas, da crise estrutural, da refuncionalização do Estado, e do capitalismo periférico para a análise do tema tratado. Aborda, deste modo, o contexto da crise capitalista contemporânea e suas implicações expressas na refuncionalização do Estado – evidenciando o vínculo intrínseco deste último com o mercado – que desembocam na recente reconfiguração da universidade. Considera, para a análise da universidade brasileira, a maneira peculiar pela qual tal processo se expressa na periferia, marcado pela efetivação de “reformas” do Estado que são regidas por Organismos Internacionais. Pretende elucidar, a partir dessas chaves teóricas de compreensão da realidade, o sentido da reforma que é operada no Ensino Superior; argumenta que a subordinação das universidades públicas, e de maneira mais óbvia, das demais instituições de ensino superior, aos imperativos do capital, não parece se estabelecer apenas nos termos dos alardes em torno da privatização do ensino caracterizada pelo estabelecimento de práticas mercantis que envolvam a participação dos setores empresariais nessa área; ocorre que a subsunção da produção de conhecimento às necessidades do capital, sobretudo, no ritmo acelerado do atual contexto histórico, efetivamente mantém a função social da universidade restrita à medida do valor de troca do que se produz em seu interior.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Conhecimento; universidade; crise do capitalismo			
ABSTRACT			
<p>This paper aims to discuss the social production of knowledge in the contemporary and the impacts of its historical development that act on reconfigurations of the social function of the university peripheral - in case the Brazilian. Aims to show the prominence of issues of development of the productive forces, the structural crisis of refuncionalization State, and peripheral capitalism for the analysis of the theme. Addresses, thus the context of contemporary capitalist crisis and its implications expressed in refuncionalization state - highlighting the intrinsic connection of the latter with the market - that lead to the recent reconfiguration of the university. Considered for the analysis of the Brazilian university, the peculiar way in which this process is expressed in the periphery, marked by the execution of "reforms" of the state that are governed by international organizations. Aims to elucidate from these key theoretical understanding of reality, the sense of reform that is operated in Higher Education, argues that the subordination of public universities, and most obviously, the other higher education institutions, the imperatives of capital, not seem to be established only in terms of fanfare surrounding the privatization of education characterized by the establishment of commercial practices that involve the participation of the business sector in this area, is the subsumption of knowledge production to the needs of capital, especially the fast pace of current historical context, effectively keeps the social function of the university restricted to the exchange value of what is produced in its interior.</p>			
KEYWORDS			
Knowledge; university; crisis of capitalism			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

INTRODUÇÃO

No atual momento histórico do capitalismo, a confiança acrítica nos atributos de um aparente desenvolvimento racional promovido pela ciência, mantém a sociedade subsumida a esta lógica preponderantemente irracional. As desigualdades colossais aparecem historicamente como fenômenos transitórios a serem superados com o avanço e a aplicação sistemática de conhecimentos técnico-científicos¹, e o casamento entre a ciência e a tecnologia produtiva fundamentado na divisão do trabalho ocorre sem que sequer sejam ponderadas suas consequências nocivas. A imunidade positivada da ciência é o invólucro de uma substância social conservadora que encobre o fato de que sua própria forma e práticas neste sistema sejam expressões diretas do fetichismo; assim, fica obscurecida a percepção de que as contradições estruturais do capital transformam as imensas potencialidades criativas do desenvolvimento científico em realidades destrutivas.

O progresso científico se torna a forma exata de satisfação social, não obstante o fato de que as necessidades elementares de uma parte significativa da população mundial não são satisfeitas. Seria possível perguntar: por que a palavra ciência na atualidade é sempre associada à tecnologia? Ou, por que as universidades são comumente chamadas de fábricas de diplomas? Ou ainda, qual o sentido de um progresso científico que tem como marca incontestável seu potencial destrutivo – tanto dos recursos naturais quanto dos próprios seres humanos? Contudo, o discurso tecnológico fetichista afasta qualquer possibilidade de serem levantadas questões que problematizem as escolhas sociais históricas no sentido de mirar qualquer horizonte diferente. O horror do atual tempo histórico não consegue esconder nem o desemprego estrutural, nem a fome que persiste, nem a destruição dos recursos naturais, mas se apoia num constructo constrangedor que não permite o questionamento das benesses prometidas pelos avanços tecnológicos que seguem seu curso “independente” – até porque não deve parecer necessário medir a viabilidade de expandir o alcance social dessas benesses.²

¹ Sem desconsiderar, é claro, o empenho em propagar as saídas moralistas que atribuem ao ajustamento moral dos indivíduos a possibilidade de corrigir os “desequilíbrios sociais”. As disfunções não são tratadas como consequência do todo, mas como impropriedade da parte.

² A associação entre ciência e tecnologia hoje também inclui o termo “inovação”, sendo que esta última implica em monopólios que são registrados por meio de patentes que, ao privatizarem as criações, geram em decorrência um tipo de paralisia que impede a sua difusão de aplicação à serviço do bem-estar humano; “se na época de Newton o registro de patentes tivesse crescido ao tamanho dos limites que conhecemos hoje em dia, a fórmula da lei da gravidade seria privada” (RIEZNIK, 2012, p. 27). É curioso notar que a corrida pelo registro de patentes amontoa processos judiciais a tal ponto que seguindo neste rumo empresas como a Apple, Google, Samsung, dentre outras, terão que contratar mais advogados do que engenheiros (Idem).

Entretanto, o reconhecimento do caráter histórico determinado da forma social capitalista deve impulsionar questões que só poderão ser superadas a partir do esforço para compreender a realidade e empreender elaborações que qualifiquem a teoria social crítica. Nas linhas que se seguem, registra-se um pequeno acúmulo de esforços nesse sentido. O presente texto procura analisar a produção social de conhecimento na contemporaneidade e os impactos de seu desenvolvimento histórico que atuam nas reconfigurações da função social da universidade periférica – no caso, a brasileira. Objetiva mostrar o lugar de destaque das questões do desenvolvimento das forças produtivas, da crise estrutural, e do capitalismo periférico para a análise do tema tratado. Aborda, deste modo, o trajeto no qual a ciência se torna força produtiva e se entrelaça com o processo autocontraditório do desenvolvimento da forma social capitalista, desembocando no contexto da crise contemporânea, e a maneira peculiar pela qual tal processo se expressa na periferia. Propõe-se a análise das reformas que são operadas mundialmente no Ensino Superior, destacando o Brasil, a partir dessas noções teóricas que, constituindo-se em chaves de compreensão da realidade, permitem o seu questionamento crítico.

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO FORÇA PRODUTIVA E OS IMPACTOS DO SEU DESENVOLVIMENTO AVANÇADO

Inicialmente, é importante notar que o que ocorre com a ciência não pode se explicar desprendendo-a da realidade na qual ela está inserida – que é resultado de relações e processos sociais históricos. A ciência não se desenvolve a partir de uma lógica própria permanente, o tipo de direcionamento e os recortes de pesquisa com os quais se preocupam os cientistas na atualidade (e ao longo do desenvolvimento do capitalismo) são engendrados pelas exigências objetivas do desenvolvimento do processo de produção capitalista. Trata-se de uma ciência que corresponde a uma ordem social historicamente determinada, assim, os obstáculos estão colocados sobre os pilares objetivos de determinações contraditórias. A afirmação de Marx nos *Grundrisse* nos ajuda a mapear as implicações envolvidas entre a ciência e o desenvolvimento das forças produtivas:

O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele (2011a, p. 589).

Nesse sentido, é importante considerar o trajeto pelo qual a ciência se torna força produtiva imediata. No processo de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a criação da maquinaria, que subtrai do “trabalhador coletivo” (força ativa do processo de produção anterior) seu princípio ativo determinante, marca o surgimento de uma força específica deste modo de produção. O aprofundamento da divisão do trabalho transforma de tal maneira as já então mecânicas operações dos operários que o mecanismo é introduzido em seu lugar. Na medida em que as

ferramentas são reunidas em um mesmo instrumento de trabalho, o capital prescinde do trabalho imediato como princípio determinante da produção material (embora não ocorra o mesmo com a produção de valor), transformando a ciência em força produtiva direta. A partir de então a divisão do trabalho pressupõe um caráter científico para o processo de produção que corresponde à divisão entre concepção e execução e representa a materialização do fetichismo fundamentado no domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo. A inversão característica da coisificação do processo produtivo capitalista, ganha, deste modo, uma realidade “tecnicamente palpável”.

Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é apenas o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva (MARX, 1984a, p. 43-44).

O uso da tecnologia como fator de concorrência entre capitais é que leva o capitalista individual a se valer do uso da maquinaria, e não suas vantagens gerais (como, por exemplo, a diminuição do esforço braçal do trabalho humano); contudo, ocorre que a desvalorização da força de trabalho aparenta ser um processo autônomo – produto de uma lógica imanente advinda da própria máquina. A lógica imanente que opera nas transformações do processo produtivo do capitalismo não é outra senão a do “valor que se valoriza”; nas palavras de Marx:

O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente. [...] Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude como valor excedente, se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo (MARX, 2011b, p. 184).

Romero (2005) explica que a autonomização dos instrumentos de trabalho frente ao trabalhador marca a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital.³ Nesse ínterim, efetua-se a separação entre concepção e execução na medida em que se expropria o conhecimento dos agentes ativos, materializando o saber numa forma a eles externa (ROMERO, 2005). Subordina-se, deste modo, o processo de produção à ciência e esta última à valorização do capital.

³ A subsunção formal corresponde às relações de produção que são apenas formalmente capitalistas uma vez que o capital ainda não se apropriou materialmente do processo de trabalho através do revolucionamento dos meios de produção. A subsunção real corresponde às relações de produção efetivamente capitalistas, porquanto são criadas forças produtivas próprias que subordinam por completo o processo de trabalho ao capital (ROMERO, 2005).

A ciência e a técnica⁴ no modo de produção capitalista são concebidas de maneira subordinada à lógica produtivista pautada pelo tempo mínimo e não de acordo com sua utilidade social (ROMERO, 2005). Assumem, portanto, a funcionalidade específica que movimenta a valorização do valor, evidenciando, sobretudo no marco do capitalismo contemporâneo, a progressiva perda de conteúdo das atividades humanas – constatação estranha para uma sociedade que se supõe racional. Decorre deste processo, portanto, a impossibilidade de conciliar a produção para o uso (sob o critério da necessidade) e a necessidade de expandir o valor de troca, o que, por conseguinte torna a produção para a troca um fim em si mesma, a despeito de precisar corresponder a qualquer demanda real. O uso real acaba por ser subsumido pelo mero ato da transação comercial subordinando quaisquer ponderações de necessidades humanas à um perverso metabolismo social invertido. Como bem define Mézáros,

A [mesma] determinação socioeconômica da disjunção estrutural entre o uso (correspondente à necessidade humana) e a produção orientada para o valor de troca, responsável por colocar em movimento os prodigiosos avanços produtivos do capital, também prenunciava desde o início as futuras complicações e, à medida que o tempo passou, cada vez mais se afirmou como uma força extremamente problemática e, em última análise, destrutiva e autodestrutiva. A produção do *valor de uso* tornou-se impiedosamente *subordinada* aos imperativos do *valor de troca* sempre em expansão, progressivamente transformando este último em um poder auto-sustentado. Como tal, ele se tornou não apenas *indiferente* às necessidades humanas, mas ativa e diametralmente *oposta* a elas, apropriando-se, sem levar em conta as conseqüências, dos recursos materiais e intelectuais finitos da sociedade em sua qualidade de *antivalor de uso necessariamente* auto-orientado e autoperpetuador (grifos do autor, 2010, p. 268-269).

Com o amadurecimento do capitalismo, que se expressa na plena industrialização de todos os ramos da economia e na crescente mecanização do âmbito da circulação e da superestrutura, desenvolve-se uma constante pressão para acelerar a inovação tecnológica porquanto a redução de outras fontes de mais-valor implica na ininterrupta busca de “rendas tecnológicas” que são obtidas exclusivamente pela permanente renovação tecnológica.⁵ Nesta perspectiva, a terceira revolução tecnocientífica é engendrada pelos esforços efetuados pelo capital no movimento de superação do período de recessão durante as décadas de 30 e 40 do século XX. A economia armamentista tem um importante papel neste movimento porquanto suas necessidades técnicas de desenvolvimento oferecem a tecnologia da automação como possibilidade para aplicação em processos de produção consecutivos

⁴ Entende-se por ciência, uma das formas racionais da sociedade humana; entende-se por técnica, a essência do saber que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas apenas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital (Adorno e Horkheimer, 2006).

⁵ “Rendas tecnológicas” consistem em superlucros oriundos da centralização do progresso técnico - invenções capazes de baixar o custo das mercadorias não são incorporadas por um ramo de produção aplicando-se por todos os concorrentes uma vez que são impedidas por barreiras impostas pela estrutura do capital monopolista, quais sejam: controle de patentes, proporções do investimento mínimo, obstáculos na entrada e etc. (MANDEL, 1985).

e automáticos que se tornam independentes do contato humano direto.⁶ O emprego da nova tecnologia se propaga paulatinamente e de forma progressiva pelas esferas produtivas no intuito de diminuir drasticamente os custos salariais diretos, o que significa a eliminação de trabalho vivo do processo produtivo.

As transformações impulsionadas pela terceira revolução tecnocientífica, que têm como ponto alto a substituição da eletromecânica pela eletrônica e a informatização crescente do processo de automação, são operadas no processo produtivo. A alteração substancial do processo produtivo tem fortes impactos no processo de trabalho e respectivamente em seus mecanismos de controle que sofrem profundas alterações. Substituem-se as formas organizacionais base do processo produtivo do período anterior pelas novas tecnologias configurando um novo modelo de produção “flexível” que redireciona tanto o processo de trabalho quanto o mercado, os produtos e os padrões de consumo. Esse tipo de acumulação designada flexível “envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (HARVEY, 2010, p.140). A flexibilidade e a mobilidade aumentam poderes que permitem aos empregadores pressionar de forma mais dura o controle do trabalho sobre uma força de trabalho já enfraquecida pelo aumento progressivo do desemprego.⁷ A construção de focos de produção flexível em regiões que não possuíam tradição industrial anterior incide sobre o trabalho organizado e implica níveis de desemprego que passa a ser denominado estrutural. Assim como na projeção de Marx no que se refere à relação entre os avanços tecnológicos e o processo produtivo, aponta-se que a revolução tecnológica efetivamente implica, com o amadurecimento do capitalismo, uma brutal economia de trabalho vivo marginalizando grande parte da população.⁸

Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo se depara com o decisivo limiar entre a automação parcial e a automação total sobre o qual se equilibra a partir da terceira revolução tecnocientífica. À

⁶ Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se impõe como grande potência imperialista mundial, atribuindo a si mesmo o papel de destruir qualquer ameaça ao domínio do capital; a Guerra Fria e a eterna corrida armamentista são expressão desse movimento norte-americano que tem como baliza real o fortalecimento da indústria armamentista cuja rentabilidade se torna fundamental para a economia do país. (MANDEL, 1985).

⁷ O rearranjo sócio político que tem início a partir destas transformações giram em torno do desmonte do Estado de bem-estar social europeu, que segue em curso. No âmbito do processo de trabalho inclui a rápida reconstrução e destruição de habilidades e o retrocesso do poder sindical sobre o qual se estabelecia uma das estruturas políticas do regime fordista.

⁸ “Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuísse o número absoluto de trabalhadores, isto é, que possibilitasse à totalidade da nação o cumprimento de sua produção total em menor período de tempo, provocaria uma revolução, porque marginalizaria a maior parte da população [...]” (MARX apud MANDEL, 1985, p. 145).

medida que a eliminação de trabalho vivo do processo de produção efetivamente impõe limites ao crescimento da massa de mais-valor, se torna notório um limite lógico do modo de produção capitalista. O que significa dizer que ao adentrar a sua fase tardia, o capitalismo evidencia o movimento autocontraditório no qual a maturação do desenvolvimento consiste em sua própria negação.⁹

Ora, se para sua autopreservação o capital não pode automatizar por completo a produção material, o que se enfatiza é que a tendência a diminuir trabalho criador de valor através de constantes renovações tecnológicas vai pesar sobre o capital em sua fase tardia atravancando sua capacidade de interromper a queda na taxa de lucros através da elevação da taxa de mais-valor. Nesse sentido, é relevante a caracterização de Mandel a respeito do capitalismo tardio e do seu desenvolvimento tecnológico:

[...] a marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cujas produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos), contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante [...] (1985, p. 151).

Logo, as transformações do processo produtivo realizadas pela sociedade burguesa e protagonizadas pelo desenvolvimento técnico e científico representam enormes êxitos alcançados pelo desenvolvimento tecnológico, mas trazem à luz as iminentes contradições de um desenvolvimento incontestavelmente condicionado pela lei do valor sobreposta às necessidades humanas. Se é considerada a participação (não coadjuvante) do complexo militar-industrial no mencionado desenvolvimento tecnológico se torna incontornável a percepção de que os critérios da acumulação capitalista sequer levam em conta a sobrevivência dos seres humanos, porquanto são configuradas forças produtivas com alto poder de destruição da humanidade. Ocorre que a possibilidade de impulsionar a criação de tecnologia e pela mesma via alimentar o ciclo de produção e consumo do capital perpetua a indústria armamentista sem que sejam ponderados seus efeitos nocivos e, tampouco, as verdadeiras necessidades humanas. Como bem explica Mészáros:

“O complexo militar-industrial remove com sucesso as restrições tradicionais do circuito de consumo definido pelas limitações dos apetites dos consumidores. Nesse aspecto, ele corta o nó górdio altamente intrincado do capitalismo ‘avançado’ ao reestruturar o conjunto de produção e consumo de maneira a remover para todos os efeitos e propósitos, a necessidade de consumo real. Em

⁹ “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (MARX, 2011, p. 588).

outras palavras, aloca uma parte maciça e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e que se auto-consome, tão radicalmente divorciada e, na verdade, oposta a real necessidade humana e seu consumo correspondente que pode divisar como sua própria racionalidade e finalidade última até mesmo a total destruição da humanidade” (2002, p. 688).

A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO DEVÉM CRISE ESTRUTURAL

As grandes transformações produtivas reafirmam a entrada numa fase do sistema capitalista em que o capital alcança sua maturidade, contudo, o domínio absoluto do capital que tudo transforma em mercadorias evidencia a percepção de que “a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006). À medida que as possibilidades civilizatórias parecem se exaurir, evidencia-se a barbarização que se generaliza nas formações econômicas e sociais do capitalismo tardio, atingindo a totalidade da vida social ao realizar uma expropriação em escala planetária que coloca em risco inclusive a preservação do planeta e alerta para o caráter necessariamente destrutivo da produção capitalista. O capitalismo contemporâneo que é resultado das transformações ocorridas desde a década de setenta se inscreve num quadro de crise estrutural.¹⁰

Sinaliza o quadro de crise estrutural do capital a finitude dos artifícios encontrados historicamente para driblar as crises. As possibilidades de expansão que puderam oxigenar o sistema anteriormente chegam ao seu limite à medida que o capitalismo alcança todo o globo com sua estrutura desigual e centralizadora. A partir da terceira revolução tecnocientífica, as renovações tecnológicas que expurgam trabalho vivo não encontram mais quem possa absorvê-lo na proporção e velocidade necessárias, deixando descoberta a dificuldade de manter elevada a extração de mais-valor. A criação de novos produtos não consegue alavancar uma onda expansiva, uma vez que a produção baseada na microeletrônica não mobiliza a enorme quantidade de trabalhadores que foi mobilizada pela produção fordista (MENEGAT, 2008). Neste contexto, as grandes corporações multinacionais, como representantes do capital em sua fase tardia, buscam dissimular suas contradições inexoráveis com renovadas estratégias de sobrevida.

As transformações societárias que ocorrem a partir da década de setenta marcam, portanto, o período em que a ordem do capital se planetarizou e o esgotamento da “longa onda expansiva” do desenvolvimento do capitalismo que estava garantindo nas décadas anteriores um crescimento significativo para o capital. A redução da taxa de lucro é a razão pela qual e sobre a qual incide a

¹⁰ “É através das crises que se configura plenamente a história do capitalismo como movimento marcado por avanços, paralisações, retrocessos e revoluções profundas nas bases técnicas e institucionais ainda dentro deste modo de produção. [...] a crise é essencial para definir a temporalidade típica do regime social presidido pelo capital” (GRESPLAN apud MENEGAT, 2003, p. 215).

necessidade de uma ofensiva econômica e política do capital. A força de trabalho humano, que sob a ordem capitalista é mercadoria, tem seu valor substancial desvalorizado pelo “progresso” técnico, as legislações em torno do trabalho assalariado estabelecidas por meio de grandes lutas sociais são desconfiguradas e o pensamento neoliberal pretende ocultar qualquer vestígio delas. Explode o desemprego e todas as formas de superexploração por meio do subemprego, da precarização, e inclusive, do trabalho escravo.

A capacidade excedente inutilizável das grandes corporações as obriga a buscar a reestruturação racionalizada capaz de intensificar o controle do trabalho. Os investimentos em mudanças tecnológicas, a procura por novos nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais frágil, e a iniciativa de empreender fusões e estratégias para acelerar o tempo de giro do capital, são medidas acionadas na contra tendência da crise para a sobrevivência do capital (NETTO, 2010).

Formas ideológicas que objetivam legitimar um sistema supostamente direcionado ao progresso devem explicar a crise como resultado de escassez e não de excesso – sempre falta “mais capitalismo”. Nesse sentido, o capital diante da crise pretende elaborar explicações que tenham como horizonte a recuperação econômica enquanto solução capaz de favorecer a todos. Enquanto sinais alarmantes apontam os gastos equivocados do Estado como o vilão da crise, a estrutura capitalista aprofunda seu excesso de atrocidades afastando suas possibilidades progressistas e utilizando justamente a figura do Estado para esconder suas feridas.

A chamada Crise fiscal do Estado denunciada a partir de 1973 seria consequência de uma inflexão na receita e no gasto público. Ocorre que no momento em que se observa a depressão dos fatores de crescimento e a queda da taxa de lucros, a ampliação das demandas por proteção social (em função das estratégias keynesianas que compõem o pacto welfariano) se torna um incômodo insuportável. A queda da taxa de lucros impulsiona o questionamento do custo direto e indireto da força de trabalho e implica na resistência para o atendimento das necessidades dos trabalhadores. A preservação da carga tributária para a população indica um redirecionamento do fundo público no curso dos interesses do capital caracterizando um Estado de Bem-Estar “às avessas” que favorece o empresariado (BEHRING, 2009).

Na verdade, a defesa neoliberal de cortes nos gastos públicos consiste num argumento utilizado com a intenção de diminuir os custos sociais do Estado e impor o redirecionamento do fundo público combinado à diminuição de taxaço sobre o capital.¹¹ Compreende-se que o Estado

¹¹ Considerando o impacto da reestruturação produtiva que pulveriza a grande indústria e propicia o crescimento da informalidade, o que dificulta a arrecadação pelas fontes da seguridade social e produz com isso fortes implicações na carga tributária, percebe-se que é o capital quem mais onera o Estado através de suas necessidades de preservação.

capitalista surge para sustentar a classe dominante através das funções primordiais de reprimir e integrar – de forma distinta, mas entrelaçada – e de garantir as “condições gerais de produção”,¹² estabelecendo uma mediação direta entre infra e superestrutura. Entretanto, no capitalismo tardio, o Estado vai incorporar uma quantidade progressivamente maior de setores produtivos e reprodutivos às “condições gerais de produção” que financia. No intuito de interferir nas dificuldades de valorização do capital, o Estado oferece oportunidades adicionais para que o capital encontre investimentos lucrativos, como na indústria de armamentos, de “proteção” ao meio-ambiente, através da “ajuda” a outros países, e na realização de obras de infra-estrutura. O fato é que nestes casos é o subsídio do Estado que torna o investimento efetivamente lucrativo.

Portanto, o Estado capitalista passa a conjugar além de funções diretamente econômicas, o reforço à ideologia da economia onipotente, que através de seus poderes técnicos é capaz de assegurar crescimento constante, consumo ilimitado e deste modo, uma sociedade integrada. Para se inserir na dinâmica do capitalismo contemporâneo, o Estado nacional deve orientar-se por políticas neoliberais que consolidem a quebra de barreiras políticas no sentido de garantir a rentabilidade do capital; reestruturação produtiva, mundialização, e flexibilidade, são o conteúdo da normativa de competitividade.

Entre o fim da década de setenta e a década de oitenta, representantes governamentais de diversos países assumem o protagonismo das fortes inflexões político econômicas, que reivindicam a teoria do “neoliberalismo” enquanto diretriz de pensamento e administração econômicos. O neoliberalismo vai se constituir como teoria das práticas políticas e econômicas que propõe que o bem-estar dos seres humanos pode ser alcançado através da liberalização das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, fundamentada nos direitos à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio. As reviravoltas destrutivas desse processo de “neoliberalização” impactam não apenas as estruturas institucionais e de poder, mas também as relações sociais, o âmbito do trabalho, as novas combinações de tecnologias, as atividades reprodutivas, as formas de ligação à terra, os modos de pensamento e de vida.

Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. [...] Na medida em que julga a troca de mercado ‘uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas’, o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e

¹² Por “condições gerais de produção” entende-se a disposição de condições gerais sociais e técnicas para o processo de produção – tais como meios de transporte, de comunicação, lei e ordem estáveis, mercado nacional com um sistema monetário, Estado territorial, sistema educacional apropriado às necessidades de expansão econômica do capitalismo, e etc. (MANDEL, 1985).

a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado (HARVEY, 2011, p. 13).

Assim, construções ideológicas neoliberais distorcem termos como liberdade, cidadania e democracia, reforçando-as enquanto elucubrações abstratas. A desregulamentação é apresentada como um mecanismo de modernização que eleva a sociedade civil, livrando-a de um Estado “protetor”. Não obstante suas empobrecidas formulações teóricas, o discurso neoliberal convence as massas (não apenas através de formas discursivas, mas também da historicamente necessária coerção) de que suas estratégias no enfrentamento da crise são as únicas possíveis, e a abordagem técnica destas estratégias supostamente as tornaria neutras. Compõe esse senso comum uma confiança cega nos valores do mercado, na possibilidade de alcançar estabilidade social através de relações mercantis seguras.

Nesse contexto, a corrida em direção à “flexibilização” engendra a hipertrofia de atividades financeiras, decorrentes tanto da superacumulação quanto da especulação descontrolada. As atividades financeiras vão se tornando progressivamente autonomizadas de regulação estatais ou nacionais e apresentam – por meio do desenvolvimento de tecnologias de informação – uma incomparável mobilidade espaço-tempo.¹³ Esse fenômeno é acompanhado pela segmentação da produção que se transforma de maneira horizontalizada e descentralizada promovendo mobilidade à esfera produtiva com estruturação de redes supranacionais.

A exaltada globalização econômica está diretamente relacionada ao processo de financeirização do capital e à formação de redes supranacionais nas unidades produtivas. Para perseguir mercados e a realização de superlucros, as grandes corporações comandam articulações supranacionais de integração compostas por megablocos que intensificam o nível de competitividade intermonopolista e reconfiguram o panorama político-econômico do mundo. É a liberalização e a desregulamentação que levam à abertura dos mercados nacionais e permitem sua conexão em tempo real promovendo a integração internacional dos mercados financeiros (NETTO, 1996).

A aceleração do tempo de rotação do capital fixo gerada pela busca de superlucros através de “rendas tecnológicas” também incide sobre o tempo de rotação do capital circulante. Ocorre que a necessidade de reverter continuamente capital circulante em capital fixo acelera o processo em que as empresas convertem seu capital total em capital fixo e adquire capital circulante por meio de créditos bancários. O estabelecimento de uma lógica baseada na inversão da relação entre o ciclo de crédito e o ciclo industrial, e na crescente sincronia internacional do capital industrial, expressa a vulnerabilidade que pode ser medida pela crise que ataca o sistema monetário internacional.¹⁴

¹³ As novas tecnologias de informação vinculam-se à necessidade de acumular, transferir, armazenar, analisar e usar uma grande quantidade de dados que possam orientar decisões no mercado global.

¹⁴ Se até a década de setenta pode-se afirmar que a especulação financeira acompanhava relativamente o ritmo e o volume da acumulação real, a partir deste marco as movimentações financeiras se desconectam

Sociedades anônimas multinacionais formam um mercado monetário organizado mundialmente e procuram se proteger a qualquer custo de perdas repentinas no câmbio, da possibilidade de serem recolocadas barreiras de controle de moedas ou capitais. Mas, o fato é que a despeito de todos os esforços empreendidos, o capitalismo tardio expressa em cada uma de suas estratégias de recuperação a sua dificuldade para valorizar o valor ilimitadamente: ainda que o capital possa se esforçar para impedir que a inflação moderada se torne exorbitante, ele não é capaz de fazer com que a expansão do crédito internacional o transforme em dinheiro.

A expansão do crédito, ao estender a capacidade de consumo das pessoas através do endividamento e criar condições de investimento para as empresas quando há capacidade ociosa, restabelece temporariamente os requisitos necessários para o funcionamento da máquina financeira. Contudo, a oferta ilimitada de crédito empurra o capital até o limite extremo que corresponde à impossibilidade de extrair excedente do trabalho humano suficiente para reproduzir as cifras astronômicas de capital fictício.¹⁵ É o Estado quem vai assumir a hedionda tarefa de sustentar essa ficção por meio de ações, empréstimos, ou da impressão direta de papel moeda.¹⁶ A dívida pública dos Estados que cresce muito mais rapidamente que a economia está diretamente vinculada à bolha financeira explosiva que se desprende dos processos reais de acumulação.

Aqui se conectam os diversos agentes do cenário de crise mundial: um dos maiores responsáveis pela dívida pública dos Estados (sobretudo, dos EUA) é o financiamento da indústria armamentista para manutenção do aparato militar e da economia de guerra, se considerarmos que a produção permanente de armas é necessária para solucionar o problema do capital excedente, ao mesmo tempo em que impulsiona a aceleração da inovação tecnológica, fica evidente a vinculação desses agentes em meio a exigência de encontrar estratégias de enfrentamento da crise e a maneira que são utilizados os mecanismos financeiros apoiados em capitais fictícios para forjar a eternidade do modo de produção capitalista a despeito da crise de acumulação real fundamentada na necessidade de elevar a massa de mais-valor.

A UNIVERSIDADE À SOMBRA DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CONDICIONADA

do processo produtivo de forma que a relação entre a acumulação real e a especulação financeira se torna absolutamente assimétrica. O sobe e desce alucinado de índices como o Dow Jones expressa abertamente a lógica fictícia que sustenta a economia mundial.

¹⁵ Capital fictício é o capital que se baseia na especulação e na expectativa de ganhos futuros (MARX, 1984b).

¹⁶ É interessante notar a passagem do ouro ao papel dinheiro: na medida em que o segundo, diferentemente do primeiro, pode ser produzido ilimitadamente, perdem-se os parâmetros para o processo de endividamento.

A aceleração da inovação tecnológica conduz a redução do tempo de rotação do capital fixo; substitui-se o capital fixo em ritmo acelerado pressupondo a obsolescência programada da maquinaria. O curso desse processo exige uma organização mais sistemática e intencional da pesquisa estabelecendo, sobretudo a partir do capitalismo tardio, um desenvolvimento científico que como qualquer outro negócio específico é alvo de investimento autônomo.¹⁷ Deste modo, a pesquisa direciona-se para o objetivo do capitalismo: maximizar os lucros.

Ainda que o acesso ao conhecimento sempre tenha tido um relevante papel na luta competitiva, há uma forte renovação de interesse nesse âmbito na medida em que o conhecimento da técnica mais recente, do último produto, da mais nova descoberta científica implica na possibilidade de alcançar vantagens competitivas, e pode desembocar em decisões bem-sucedidas, ou seja, lucrativas. Assim, a produção organizada de conhecimento se expande assumindo cada vez mais seu cunho comercial (HARVEY, 2010).

O progresso científico se torna a forma exata de satisfação social, não obstante o fato de que as necessidades elementares de uma parte significativa da população mundial não são satisfeitas.¹⁸ À medida que os problemas sociais são analisados enquanto questões técnico-científicas, eles parecem não possuir qualquer ligação com as relações sociais historicamente determinadas. O discurso tecnológico fetichista afasta qualquer possibilidade de serem levantadas questões que problematizem as escolhas sociais históricas no sentido de mirar qualquer horizonte diferente. O horror do atual tempo histórico não consegue esconder nem o desemprego estrutural, nem a fome que persiste, nem a destruição dos recursos naturais, mas se apóia no constructo constrangedor que não permite o questionamento das benesses prometidas pelos avanços tecnológicos que seguem seu curso “independente” – até porque não deve parecer necessário medir a viabilidade de expandir o verdadeiro alcance social dessas benesses.¹⁹

¹⁷ Como já foi ressaltado anteriormente, a economia de guerra impulsiona diretamente esse processo.

¹⁸ “A dominação tradicional de classe dá lugar à uma dominação anônima da tecnologia, por intermédio do Estado regulador que se organiza sob princípios técnicos” (BEHRING, 2011, p. 142).

¹⁹ Destaca-se o contraponto colocado por Mészáros: “O fato de os seres humanos pertencerem à ordem da *natureza*, devendo, conseqüentemente, satisfazer às condições objetivas de sua auto-produção como seres da natureza, significa que o processo contínuo de *mediação entre os homens e a natureza* através da atividade produtiva é uma necessidade absoluta. Entretanto, uma “mediação da mediação” alienada de *segunda ordem* é sobreposta à mediação fundamental, afetando profundamente todas as facetas da vida humana. Como resultado, as mediações de segunda ordem capitalisticamente institucionalizadas – *propriedade privada* (capital), *troca* (mercado), *divisão social hierárquica* (não simplesmente tecnológica) *do trabalho* – se interpõem como uma “mediação alienada” (*entäusserte Vermittlung*, Marx) entre a ordem natural e a produtividade essencial, subordinando totalmente esta última a seus próprios ditames. A ciência, assim como qualquer outra forma da atividade produtiva, não tem como fugir das conseqüências negativas do fato de estar sujeita aos imperativos sociais, institucionais e materiais reificados destas mediações alienadas de segunda ordem (grifos do autor, 2010, p. 270).

Mészáros, ao discutir esse constructo em que se estabelecem imbricadas redes de “retroalimentações recíprocas”, explica

A [mesma] determinação socioeconômica da disjunção estrutural entre o uso (correspondente à necessidade humana) e a produção orientada para o valor de troca, responsável por colocar em movimento os prodigiosos avanços produtivos do capital, também prenunciava desde o início as futuras complicações e, à medida que o tempo passou, cada vez mais se afirmou como uma força extremamente problemática e, em última análise, destrutiva e autodestrutiva. A produção do *valor de uso* tornou-se impiedosamente *subordinada* aos imperativos do *valor de troca* sempre em expansão, progressivamente transformando este último em um poder auto-sustentado. Como tal, ele se tornou não apenas *indiferente* às necessidades humanas, mas ativa e diametralmente *oposta* a elas, apropriando-se, sem levar em conta as conseqüências, dos recursos materiais e intelectuais finitos da sociedade em sua qualidade de *antivalor de uso necessariamente* auto-orientado e autopetruador (grifos do autor, 2010, p. 268-269).

Entende-se que a impossibilidade de conciliar a produção para o uso (sob o critério da necessidade) e a necessidade de expandir o valor de troca torna a produção para a troca um fim em si mesma, a despeito de precisar corresponder a qualquer demanda real. O uso real acaba por ser subsumido pelo mero ato da transação comercial subordinando quaisquer ponderações de necessidades humanas ao seu perverso metabolismo social invertido. A ciência que corresponde à esta ordem social historicamente determinada, se condiciona, portanto, por suas determinações contraditórias. Ora, em que pese à impossibilidade de definir aleatoriamente objetivos próprios de produção no vazio social projetando um ambiente de pesquisa ideal, a ciência moderna se desdobra sobre meios que são colocados à sua disposição pela imperativa necessidade de expansão do capital.²⁰

Os recursos dos quais usufrui a ciência na atualidade são inegavelmente extraordinários. Acontece que de tão extraordinários só são acessíveis a sociedades que estiveram historicamente na dianteira desse processo de desenvolvimento, e o fato é que não há nenhum intuito de mudar o rumo dessa história, ao contrário, perpetua-se o sistema desigual de exploração a nível mundial que inviabiliza qualquer projeção otimista de modernizar e transferir condições de produzir tecnologia altamente avançada em regiões periféricas ao modo de produção capitalista. As poderosas estruturas econômicas e político- organizacionais direcionam a produção intelectual de todos os ramos da ciência e da tecnologia dos países capitalistas avançados para sustentar seus objetivos.

O envolvimento da ciência e, portanto da produção do conhecimento, no curso das transformações que constituem o capitalismo contemporâneo, evidenciam a interferência decisiva dos seus avanços para a multiplicação de forças e modalidades de destruição, para manipular a obsolescência

²⁰ É interessante a comparação que Mészáros faz entre os cientistas naturais e os intelectuais das ciências humanas, afirmando que os segundos são até mais “livres” do que os primeiros, “Sociólogos e filósofos podem continuar escrevendo livros críticos à ordem social estabelecida mesmo que tenham sido colocados em inúmeras ‘listas negras’”. É claro que o mesmo não se aplica aos cientistas naturais, os quais perdem as condições instrumentais e institucionais indispensáveis a sua atividade, se ousarem criticar a ameaça à sobrevivência humana representada pelo complexo militar-industrial” (2010, p. 284).

programada e tantas outras práticas vinculadas às estratégias de sobrevivência do capital no confronto da crise estrutural. Deste modo, parece imprescindível o debate em torno do papel que se atribui ao conhecimento,²¹ em que pese todas as suas potencialidades inerentes, no condicionamento de um metabolismo social que estabelece para além de uma sociedade contemporânea em crise, projeções de futuro ainda mais assustadoras.

A mistificação que envolve a estrutura social tecnocrata característica do capitalismo tardio propaga o empenho compulsivo na busca de “sucesso” e impõe uma submissão cega à autoridade tecnológica.²² Com o afastamento do pensamento crítico, a tendência ao conformismo promove a aceitação de ordens desumanas como conviência ou hábito. Na medida em que o critério de produtividade das atividades humanas não tem como baliza o autodesenvolvimento dos indivíduos, perde-se a base materialista do conceito de progresso humano.²³

Ocorre que o crescimento da pesquisa e do desenvolvimento promove a elevação exponencial da demanda por força de trabalho intelectual “qualificada”. Determinado pela corrida em direção às inovações tecnológicas, o ingresso do trabalho intelectual na esfera da produção corresponde às necessidades imediatas do capitalismo tardio e implica uma formação de trabalhadores intelectuais subordinada a tais necessidades. Efetiva-se a reestruturação da universidade para que esta assuma sua tarefa neste processo.

Portanto, as reformas tecnocráticas do ensino superior estão estritamente vinculadas aos esforços do capital para subordinar a produção da capacidade intelectual às necessidades de sua valorização. Sob a ilusão da livre escolha perpetua-se o direcionamento dos que ingressam no ensino superior para as áreas que são convenientes considerando a exigência de formar profissionais aptos a

²¹ E, conseqüentemente, à Universidade.

²² Como bem coloca Mészáros, “talvez a mais eficaz das maneiras pela qual os compromissos de valor são apresentados com a pretensão de neutralidade e incontestável objetividade seja o apelo à autoridade da ciência, em cujo nome a adoção de certas medidas e cursos de ação é recomendada” (2010, p. 245).

²³ É sintomática a caracterização elaborada por Marx e Engels em “A ideologia alemã” acerca da divisão capitalista do trabalho, sobretudo se considerando os rumos de seu aprofundamento no capitalismo tardio: “A divisão do trabalho nos oferece de pronto o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e, portanto, enquanto há a separação entre interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade, por conseqüência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado. Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não se pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida [...] Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjeturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado” (2009, p. 38).

desenvolver tarefas específicas no processo de produção ou circulação.²⁴ Trata-se de uma exigência que circunscreve o ensino superior na normativa de uma ciência aplicada, especializada e submetida à divisão capitalista do trabalho.

O capitalismo contemporâneo é o cenário da exacerbação da contradição entre a expansão da riqueza social e o empobrecimento das atividades humanas. Na medida em que a educação superior se restringe a oferecer qualificação para processos específicos de trabalho, o trabalho intelectual proletarizado se constitui mercadoria a ser vendida de acordo com suas condições de reprodução. A especialização sem precedentes promove a formatação de peritos aprisionados às condições de valorização do capital. Os investimentos produtivos no sistema educacional evidenciam a possibilidade de calcular sua lucratividade. O cálculo da lucratividade não é mediado pela satisfação das necessidades sociais gerais, mas estabelece o fundamento político-financeiro das reformas tecnocráticas efetuadas no ensino superior.

O que Mandel chama de processo de proletarização do trabalho intelectual não corresponde especificamente a um baixo nível de vida ou a um consumo limitado, mas, sobretudo, a uma alienação progressiva.²⁵ As reformas funcionais pelas quais passa o ensino superior promovem a perda de acesso aos meios de trabalho e de controle das condições de trabalho intelectual, submetendo o trabalhador a exigências que não se relacionam com o desenvolvimento de suas capacidades ou com suas próprias necessidades.²⁶ A superespecialização, a instrumentalização, e a proletarização são elementos que confluem nas reformas universitárias e são levados ao apogeu através da subordinação direta do ensino e da pesquisa na universidade aos projetos de empresas privadas ou de serviços governamentais.

Um exemplo elucidativo das reformas funcionais do ensino superior que ocorrem, sobretudo nas últimas décadas do capitalismo contemporâneo, é o Processo de Bolonha. A declaração de Bolonha

²⁴ O que incide no aprofundamento da divisão do trabalho, mencionado anteriormente. “Como a produção e a circulação de mercadorias são os pré-requisitos gerais do modo de produção capitalista, a divisão do trabalho na indústria requer que a divisão do trabalho na sociedade em geral já tenha atingido certo grau de desenvolvimento. [...] Como a divisão do trabalho se apodera, não apenas da esfera econômica, mas de todas as esferas da sociedade e lança por toda parte os fundamentos daquele sistema açambarcador de especialização e separação dos homens, daquele desenvolvimento de uma única faculdade humana, a expensas de todas as outras (MARX apud MANDEL, 1985, p. 265).

²⁵ O autor trata especificamente desta temática no livro “Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes”, Lisboa: Edições Antídoto, 1979.

²⁶ Vale ressaltar a seguinte passagem de Marx: “[a manufatura] deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente, a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial, tornando-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo” (MARX, 2011b, p. 415).

de 1999 – que desencadeou o Processo de Bolonha – o consiste em um documento conjunto elaborado e assinado pelos Ministros da Educação de 29 países europeus, reunidos na cidade italiana de Bolonha.²⁷ Tal declaração marca uma significativa alteração no que se refere às políticas vinculadas ao Ensino Superior uma vez que compromete os países envolvidos a promover reformas em seus sistemas de ensino adequadas aos seus princípios. Os princípios que compõem esta declaração têm como objetivo fundamental “elevar a *competitividade* internacional do sistema europeu de ensino superior”. Nesse sentido, a partir de ações conjuntas dos países europeus no âmbito do Ensino Superior, pretende-se promover a competitividade do sistema de ensino de maneira a assegurar a empregabilidade de seus cidadãos.

A ideia base é garantir um funcionamento integrado das instituições de ensino superior homogeneizando os mecanismos de formação de maneira que o estudante possa ter um diploma reconhecido em qualquer universidade de qualquer Estado membro. As diretrizes que são colocadas a partir de princípios da carta se resumem em: promover empregabilidade; adotar um sistema baseado em três ciclos de estudo; implementar o suplemento ao diploma; estabelecer um sistema de créditos transferíveis e acumuláveis comum aos países europeus; promover a mobilidade dos estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo; promover a cooperação europeia na avaliação da qualidade a partir de critérios e metodologias comparáveis; assegurar programas integrados de estudo, formação e pesquisa. Os objetivos gerais que são colocados evidenciam o caráter das diretrizes definidas.

Portanto, fica evidente o intuito de direcionar a produção de conhecimento para o crescimento econômico sem pudor para explicitar o intuito de transformar a Europa em uma “economia do conhecimento” competitiva mundialmente. A estratégia de justificar as reformas técnicas das universidades pela empregabilidade dos jovens é recorrente e alimenta as expectativas geradas em torno de uma bem sucedida inserção no “mercado de trabalho”. O curioso é considerarmos que as reformas do ensino superior europeu tiveram a “empregabilidade” dos jovens como preocupação central, e percebermos que os dados recentes dos países europeus expressam uma realidade bem diferente da que supostamente foi projetada por estas reformas. Espanha e Grécia, que fazem parte do Processo de Bolonha, são exemplos emblemáticos da falácia do discurso das reformas por seus índices de desemprego jovem (atribuído à faixa de idade entre 18 e 35 anos) que alcançam os 50%.²⁸

²⁷ A declaração de Sorbonne de 25 de maio de 1998 é na verdade o ponto de partida desse processo, que é de fato alavancado com a declaração de Bolonha em 1999. Até 2009 mais 18 países aderiram à Declaração de Bolonha.

²⁸ Na Grécia, o serviço de estatística local (ELSTAT) afirma que o desemprego duplicou nos últimos dois anos e que atualmente um em cada dez jovens está sem trabalho no país. Na Espanha, o desemprego (que atinge a marca de 4,7 milhões de desempregados, com um índice de desemprego de jovens que subiu de

Cabe tratar ainda da influência que os organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio) vai exercer nas reformas que são operadas nos países periféricos. Documentos elaborados pelo Banco Mundial ao longo da década de noventa e na primeira década do século vinte e um direcionam, através das concepções propagadas, as reformas que são operadas nestes países ainda que a partir das particularidades de cada um. No que se refere à reforma do ensino superior, observa-se o esforço em deslocar a concepção de educação superior para a de “educação terciária”, flexibilizando, com a mudança do termo referente, a entrada do setor privado no oferecimento da educação superior como um serviço a ser comercializado, e ainda o tipo de serviço que pode ser oferecido a partir de sua diferenciação. É possível observar na elaboração dos documentos do Banco Mundial dois movimentos: a liberalização dos serviços educacionais, que tem como consequência a expansão das instituições privadas; e a privatização interna das universidades públicas, por meio da utilização das fundações de direito privado, das parcerias entre universidades públicas e as empresas, que redirecionam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e ainda do oferecimento de cursos com cobrança de taxas de matrícula e mensalidades (LIMA, 2011).

No documento elaborado pelo Banco Mundial em 1994, “La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia”, sugere-se para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe: a diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos; a diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas; a redefinição das funções do Estado; e a “qualificação” do ensino superior fundamentada no eficiente atendimento dos setores privados. A partir desse último elemento, se destaca:

Las instituciones a cargo de los programas avanzados de enseñanza e investigación deberían contar con la orientación de representantes de los sectores productivos. *La participación de los representantes del sector privado en los consejos de administración de las instituciones de enseñanza superior, públicas y privadas, puede contribuir a asegurar la pertinencia de los programas académicos* (BM apud LIMA, 2011, p. 87, grifos meus).

Em 1997, outro documento elaborado pelo BM aponta a importância de efetuar a redefinição do papel do Estado nos países periféricos, de maneira que o Estado se posicione como um catalisador que impulse o processo de desenvolvimento econômico e social, deixando a posição de agente

20% em 2005 para 50% em 2012), e o subemprego levam a criação do termo “nimileuristas” para designar os jovens que ganham menos de mil euros, o que tem impulsionado um processo de migração da população jovem. Vale registrar as manifestações ocorridas na Porta do Sol (Madrid) em 2011, que tiveram como estopim as eleições regionais, mas também questionavam o desemprego associando às insatisfações políticas a falta de esperança no futuro, que se expressa na frase: “se não nos deixam sonhar, não lhes deixaremos dormir”. Destaca-se também as manifestações anteriores, de estudantes, ocorridas em 2007 na Espanha, que questionam o próprio Processo de Bolonha e a unificação do ensino universitário na Europa afirmando que a reforma representa o aumento da mercantilização do ensino ao promover a adequação dos programas educacionais às necessidades das empresas. Sites: euronews e Carta Capital, 2012.

principal no oferecimento de serviços essenciais. Assim, o que se observa ao longo da década de noventa nestes países é a intensa privatização dos serviços públicos, incluindo a educação superior.²⁹ Nesta perspectiva, ao avaliar a educação a América Latina e no Caribe, através de documento elaborado em 1999, o BM sugere que a ampliação do setor privado na área da educação superior fortalece o papel da educação como estratégia de alívio à pobreza, porquanto além de alcançar com sua expansão uma parcela mais ampla da população, oferece oportunidades diversificadas de ensino superior (ou terciário) e assim fortalece a educação como instrumento de preparação da força de trabalho para o mercado.

Portanto, reforça-se a concepção de que estamos na “sociedade do conhecimento”, sobretudo por ser este (o conhecimento) um fator essencial na produção da economia mundial. Em documento elaborado em 2002 – intitulado “Construir sociedade de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria” – afirma o BM,

En los pasados dos decenios, muchos países, han experimentado una extraordinaria diversificación en sus sectores de educación terciaria. La aparición de diversas instituciones nuevas paralelas a las universidades tradicionales – ‘institutos técnicos para estudios de corta duración, community colleges, politécnicos, centros de educación terciaria popular con programas bienales, centros de enseñanza a distancia y universidades abiertas’ – ha creado nuevas oportunidades para satisfacer la demanda social creciente. En América Latina, Asia e, más recientemente, em Europa Oriental y África subsahariana, esta tendencia se ha visto intensificada por el ‘rápido crecimiento em el número y tamaño de las instituciones privadas de educación terciaria’ (BM apud LIMA, 2001, p. 89).

Nesse sentido, a realidade sob a lente das reformas operadas no ensino superior mundialmente, tanto nos países centrais quanto nos países periféricos, nos remete à análise da crise estrutural do capital e às deformidades dos discursos que pretendem dissimular contradições imanentes do sistema capitalista. Destaca-se na análise em torno da crise a centralidade dos limites colocados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo para alavancar novamente a elevação da massa de mais-valor, e a maneira como cada uma das estratégias encontradas para perseguir o objetivo absoluto de valorizar o valor se insere na dinâmica do capitalismo contemporâneo. A necessidade de buscar “rendas tecnológicas”, de hipertrofiar o setor financeiro, de supercapitalizar a esfera da reprodução, de promover o enlace perfeito entre ciência e tecnologia, giram em torno do mesmo eixo referente ao imperativo da reprodução ampliada do valor que subjuga as necessidades humanas. Assim, o que se ressalta a partir do estudo aqui apresentado é que a função que se atribui

²⁹ No bojo da intensa privatização ocorre também o que se chama de “globalização dos sistemas educacionais” na América Latina: “Essa ‘globalização’ dos sistemas educacionais ocorre via formação de parcerias entre empresas educacionais com sede nos EUA e Europa, além de polos espalhados por várias regiões de interesse do capital. Estas parcerias viabilizam a venda de modelos pedagógicos, a comercialização de programas de ensino e de livros didáticos, especialmente para formação de professores em serviço, objetivando a consolidação de um caldo ideológico e político que legitima e reproduz a lógica hegemônica” (LIMA, 2011, p. 88).

à universidade contemporânea vincula-se ao curso do desenvolvimento do capitalismo, e, em decorrência, à subordinação do conhecimento socialmente produzido às necessidades de valorização do capital.

A UNIVERSIDADE NA PERIFERIA

O desenvolvimento do capitalismo cria, no âmbito da organização internacional da economia, uma estrutura na qual o crescimento das nações periféricas é subordinado às necessidades e aos interesses políticos e econômicos das nações dominantes. Esta estrutura contraditória que envolve a funcionalidade das nações periféricas em relação às nações dominantes consiste numa chave interpretativa fundamental para pensarmos a integração do Brasil no capitalismo mundial. À medida que se considera que nesta estrutura o arcaico e o moderno não se polarizam no sentido de que é preciso superar o primeiro para alcançar o segundo, mas que se tratam na verdade de dois pólos de uma mesma unidade dialética, joga-se luz na análise intrincada do campo de implicações que atuam no desenvolvimento da Universidade brasileira. As transformações contemporâneas do capitalismo e a perpetuação da subordinação periférica são forças incontornáveis que atuam na determinação do papel da Universidade contemporânea no Brasil.

Vão se conectar neste processo de transformações contemporâneas do capitalismo as estratégias de sobrevivência empreendidas pelo capital para forjar sua capacidade de enfrentamento à crise, o direcionamento da ciência e da tecnologia no curso das transformações condicionadas pelas necessidades de valorização do capital, e a maneira como todos esses agentes atuam numa economia subordinada em tempos de capitalismo mundializado.

A universidade brasileira contemporânea é resultado – ainda que permaneça em movimento – de processos que se originam na década de noventa sob o legado da modernização efetuada no período da Ditadura; neste período, a “reforma” do Estado, que objetiva introduzir a racionalidade gerencial capitalista e privada³⁰, alcança a educação superior brasileira reconfigurando-a a partir de princípios gerenciais próprios de empresas capitalistas absolutamente subordinadas à lógica do mercado. Deste modo, as instituições de ensino superior passam a responder prioritariamente às demandas do

³⁰ Vale destacar o seguinte trecho de autoria de Bresser Pereira, responsável pelo Plano Diretor da Reforma do Estado: “A abordagem gerencial, também conhecida como ‘nova administração pública’, parte do reconhecimento de que os Estados democráticos contemporâneos não são simples instrumentos para garantir a propriedade e os contratos, mas formulam e implementam políticas públicas estratégicas para suas respectivas sociedades tanto social quanto na área científica e tecnológica. E para isso é necessários práticas gerenciais modernas, sem perder de vista sua função eminentemente pública.’Gerenciar’ difere de ‘controlar’ quase da mesma forma que ‘fazer acontecer’ difere de ‘evitar que aconteça’. Essa perspectiva, desenvolvida na administração de empresas, é também válida para as organizações públicas (PEREIRA apud SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2001, p.75 – 76).

mercado, de tal maneira que a subsunção ao setor econômico configura para a universidade brasileira a mesma imagem das empresas prestadoras de serviços.

O inesgotável discurso que afirma a necessidade de modernização perpetua-se como justificativa para a realização de diversas reestruturações direcionadas para as prioridades do capital. As mudanças promovidas sob a égide desse discurso seriam condição necessária para o avanço do desenvolvimento do país, para o aumento do fluxo de entrada do capital financeiro internacional, para a ampliação da produtividade da estrutura produtiva, e ainda, para alcançar a equidade social. O que se percebe, contudo, é a elaboração de políticas públicas que se moldam à constante ponderação a respeito da capacidade financeira do Estado, a partir de uma forma organizativa que não só reflete como também reproduz a racionalidade empresarial capitalista. Políticas sociais são visivelmente transformadas em políticas com orientação de fundo econômico, em geral sugeridas por organismos multilaterais. Nesse ínterim, a educação é conduzida para sua subsunção à esfera econômica; o campo educacional, em especial, o ensino de nível superior, vai se tornando propriedade pública não estatal ou serviço não exclusivo do Estado e deve assumir a tarefa primeira de garantir a competitividade como princípio.

Os principais agentes do movimento de reformas que são realizadas mundialmente são alguns organismos multinacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio) que representam o capital na esfera internacional, assumindo a “missão” de organizar a economia e a sociedade num contexto de globalização. Tais organismos elaboram um discurso que se pretende em busca da conciliação entre produtividade e equidade social e com esse propósito propõem ajustes político-econômicos, sobretudo para os países considerados “subdesenvolvidos”. O que ocorre é que a partir desse discurso são impostos valores e compreensões da realidade que correspondem às atuais necessidades do capitalismo, quais sejam: mostrar um diagnóstico da crise que oculte as condições que a originam e propagar a possibilidade de superar a crise através de determinadas estratégias que possam garantir a preservação do sistema.

A influência destes organismos internacionais está diretamente vinculada à força econômica – derivada das potências mundiais (G7) que regem tais organismos – através da qual se torna possível articular o sistema globalizado, de maneira que este comando configura-se como o intelecto do imperialismo contemporâneo. Países periféricos como Brasil, Argentina, e México, que desde a Crise da Dívida de 1982 se encontram “atados” pela dívida externa, evidenciam sua subordinação à regência dos organismos internacionais na medida em que o Banco Mundial enquanto avalista das suas transações financeiras adquire o poder de estabelecer condicionalidades que se materializam na exigência de reformas de ajuste estrutural. Assim, as condicionalidades impostas são expressão dos interesses econômicos e geopolíticos das grandes corporações dos países centrais e cumprem a função de fazer crer ao resto do mundo que as ações propostas consistem no direcionamento mais

seguro e tecnicamente correto dos problemas, não em escolhas possíveis (LEHER; BARRETO, 2008).

Nesse contexto, é apresentada como grande desafio para os países “em desenvolvimento” a necessidade de competir numa economia global que tem como baliza do seu desenvolvimento o conhecimento técnico-científico, o que significa que para acompanhar o ritmo global não parece viável aos países de renda baixa ou média baixa gerar conhecimento, criar e desenvolver tecnologia complexa, basta para estas regiões o esforço de acessar e assimilar conhecimento novo já criado externamente; ou seja, resta “acessar as lojas globais do conhecimento e adaptar esse conhecimento para uso local” (BM apud LEHER; BARRETO, 2008, p. 129). No que se refere à universidade, esta passa cumprir a função social de agências que devem estabelecer parcerias corporativas no processo de assimilação do conhecimento técnico-científico gerado internacionalmente.

Por essa via é reafirmada a crença na modernização de forma que as reformas propostas sejam parte de transformações econômicas que possam inserir países periféricos na dinâmica global modernizadora. A reforma do ensino superior que atinge a universidade contemporânea é, portanto, orientada pela racionalidade dos processos sociais em curso e se direciona pela lógica que visa a competitividade empresarial, o que desemboca na identidade entre as instituições de ensino superior e empresas prestadoras de serviços. A autonomia universitária fica visivelmente subordinada ao setor produtivo, sobretudo, diante dos recursos advindos de empresas que os trocam por assessorias, pesquisas e prestações de serviços em geral que se estabelecem por contratos de gestão.

É curioso notar a maneira como o capital na contemporaneidade atribui uma valoração significativa à educação exaltando-a como tábua de salvação, ao mesmo tempo em que ela cumpre a função restrita de preparação para o trabalho – ainda que seja num mundo sem emprego. No mesmo contexto de incoerências, o Estado democrático é efetivamente um Estado de direito apenas para o cidadão-cliente, para os marginalizados serve o Estado tutelar ou repressivo que se expressa com violência e degradação; as formas de conhecimento se limitam a enquadrar e classificar o mundo e a natureza³¹; e, ainda que se defenda o estatuto de “sociedade do conhecimento” inferindo um caráter racionalmente seguro para o tempo presente, vive-se uma profunda instabilidade social, econômica e política.

³¹ “La epistemología [social] proporciona un contexto en el que pueden considerarse lãs reglas y normas mediante las que se forma el conocimiento sobre el mundo, las distinciones y categorizaciones, las formas de responder al mundo y la concepción del “yo”. De forma concurrente, la epistemología social toma los objetos constituídos en el saber de la escolarización y los define como elementos de la práctica institucional, pautas de relaciones de poder históricamente configuradas que dan una estructura y coherencia a los caprichos de la vida cotidiana. Pienso, por ejemplo, en los conceptos cambiantes de reforma, profesionalidad y ciência de la educación como componentes de un contexto material que describen e incorporan los conceptos. Estas palabras asumen significado en el contexto de un complicado conjunto de relaciones que se combinan para producir la escolarización” (POPKEWITZ apud SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2001, p. 267).

A exuberância da produtividade em escala social ampliada (promovida pelo trabalho abstrato) paradoxalmente associa-se à marginalização de grandes parcelas da sociedade sem que estas possam realizar suas necessidades essenciais. Os avanços técnicos que representam maior capacidade de apropriação da natureza, sequer tem como critério a destruição desta última de forma a não considerar nem mesmo a sua finitude. Os burburinhos mais ou menos alarmantes em torno da necessidade de preservar o meio-ambiente e dar um caráter socialmente responsável à produção não alcançam o questionamento real do desenvolvimento das forças produtivas. O monumental aparato tecnológico do capitalismo do século XXI é o reflexo perfeito da “monumentalização da irracionalidade do sistema” (MENEGAT, 2003, p. 213); o amontoado de coisas acumuladas serve apenas para alimentar a estrutura fetichista de uma forma social que se supõe comandada por homens conscientes e não se mostra capaz de ao menos alimentar concretamente a totalidade dos mesmos.

Sob os imperativos dessa lógica, a instituição universitária vai metamorfoseando a sua função social passando a assumir em suas práticas contemporâneas o papel de administradora de dados e informações que possam ser úteis e interessantes ao mercado. A produção de conhecimento tende a ser substituída pela administração de dados e informações em processo de assessoramento ao mercado que subsume sua capacidade de crítica e reflexão. Ocorre que a subsunção da produção de conhecimento às necessidades do capital, sobretudo, no ritmo acelerado do atual contexto histórico, efetivamente mantém a função social da universidade restrita à medida do valor de troca do que se produz em seu interior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da universidade na periferia pode ser ainda analisada sob o véu da crença no desenvolvimento que ainda vai acontecer, oferecendo crescimento acelerado da economia e melhor distribuição de renda.³² A experiência dos países asiáticos tem sido utilizada para comprovar a importância da educação para o crescimento em tempo recorde da produtividade da mão de obra e

³² “A tese de que a educação e a ciência ‘per se’ transformar-se-iam em um fator de elevação do homem a uma nova etapa da civilização levou consigo em seus momentos as ilusões de que a ‘democracia’, a ‘liberdade’ e a ‘fraternidade’ poderiam impor-se no contexto da sociedade capitalista avançando em direção a um igualitarismo crescente. Nestes nossos países [periféricos] tratou-se, sem embargo, de uma ilusão tardia ou de uma cobertura ideológica das oligarquias que dominavam o processo de integração de nossa região como semi-colônias da capital metropolitana” (KIEZNIK, 2012, p. 27-28).

para aquisição de vantagens comparativas.³³ Falta perguntar: a que custo humano e social? E para onde será que nos levará essa noção de desenvolvimento?

Segue em curso a ideia de que ou se consegue uma boa educação ou define-se fracassado o destino do sujeito na “marcha do progresso”. Dessa ideia deve inferir-se, portanto, que ao adquiri-la está garantido o outro lado da moeda: o sucesso. Contudo, ainda que os “senhores do mundo” não possam refutar a função da educação enquanto instrumento de qualificação técnica, os estudos internacionais mais recentes acerca de emprego, produtividade e distribuição de renda, atestam o óbvio: “a *boa educação* é incapaz de responder aos problemas criados pelos choques negativos que vulneram as economias contemporâneas” (BELLUZO, 2012, grifo meu). A realidade na Europa e nos EUA demonstram claramente que ter recursos humanos altamente qualificados pouco pode ajudar uma economia que “patina” sem conseguir criar novos empregos. Ocorre que numa sociedade em crise “a educação naufraga como propulsora do emprego e da distribuição de renda” (BELLUZO, 2012).

A visão simplória e simplista da educação obscurece a tragédia cultural que ronda o Terceiro Milênio. A especialização e a “tecnificação” crescentes despejam no mercado, aqui e no mundo, um exército de subjetividades mutiladas, qualificadas sim, mas incapazes de compreender o mundo em que vivem. Os argumentos da razão técnica dissimulam a pauperização das mentalidades e o massacre da capacidade crítica (BELLUZO, 2012).

Nesse sentido, nota-se que atribuição do título de “sociedade do conhecimento” para a sociedade atual não só é falha como a realidade indica o contrário: que o presente é marcado por uma crescente incapacitação intelectual da humanidade, por uma miséria social de extensão arrasadora, como reflexos da combinação explosiva entre capitalismo, educação e ciência (KIEZNIK, 2012). Portanto, é importante analisar o direcionamento da produção social de conhecimento sem perder de vista seus condicionantes, e, sobretudo, a realidade contemporânea que é solapada pela crise que envolve o amálgama entre mercado e Estado, e os custos humanos da manutenção de uma forma social que desmorona e tem suas válvulas de escape bloqueadas.³⁴ É necessário considerar, deste modo, tanto a dimensão da crise contemporânea quanto a impossibilidade de efetivar as promessas que são propagadas em nome das virtudes do desenvolvimento científico e tecnológico sem que se supere esta ordem social.

³³ O exemplo é utilizado a despeito das condições de trabalho nas fábricas chinesas – nas quais se encontra regime de trabalho semiescravo de centenas de milhares de pessoas que só é interrompido para alimentação e para dormir, em troca de um salário ínfimo, sob o comando de um regime ditatorial, que tem como decorrência a recorrência de suicídios.

³⁴ Ainda que o capital possa somar novos instrumentos ao seu já vasto “arsenal de autodefesa contínua”, o que se observa é que essa “maquinaria” tem sido utilizada com “frequência crescente e com eficácia decrescente”, evidenciando o “bloqueio das válvulas de escape expansionistas do capital” (MÈSZÀROS apud PANIAGO, 2008, p. 122).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária.** In: Revista Brasileira de Educação, número 39, 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Expressões políticas da Crise e as novas configurações do estado e da Sociedade Civil.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais- Brasília: CEFESS, ABEPSS, 2009 (Unidade I, seção 1.3, p.69-86).
- _____. **Política Social no capitalismo tardio.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga. **Terceiro Milênio: Escola e Cidadania.** Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/escola-e-cidadania/>, 2012.
- BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre ideias e formas.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- _____. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: O REUNI na UFF. ADUFF,** 2009. Disponível em: http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf.
- _____. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século.** In: Katálisis, número 14. Santa Catarina, 2011.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.
- _____. **O capital: crítica da economia política.** Volume I, tomo 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011b.
- _____. **O capital: crítica da economia política.** Volume I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.
- _____. **O capital: crítica da economia política.** Volume III, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.
- MENNA-BARRETO, Luiz. **Produtivismo além dos números.** In: Universidade e Sociedade. ANDES/SN, p. 46-49, 2012. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1142951595.pdf>.

MENEGAT, Marildo. **Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

_____. **Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?** In: Revista Praia Vermelha, número 18, Rio de Janeiro: PPGSS UFRJ, 2008.

_____. **Universidade, produção de mercadorias e tradição crítica**. In: Estudos sobre ruínas. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, A E. **Cultura da Crise e seguridade social – um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, JOSÉ. **Uma face contemporânea da barbárie**. Conferência in: III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie. Serpa, 2010.

PANIAGO, Cristina. **Neoliberalismo e os Antecedentes da “Crise” do Estado**. In: Temporalis, número 15. Brasília: ABEPSS, 2008.

RIEZNIK. Pablo. **Progressismo, ciência e periferia na produção do conhecimento**. In: **Universidade e Sociedade**. ANDES/SN, p. 24-31, 2012. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1142951595.pdf>.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861 – 1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da Educação Superior no Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

Outros sites Utilizados:

Euronews: <http://pt.euronews.com>. Acesso em: sete de maio de 2012.

Ministério da Ciência e Tecnologia de Portugal: <http://www.dges.mctes.pt>. Acesso em: sete de maio de 2012.

Declaração de Bolonha: http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf. Acesso em: sete de maio de 2012.

www.cartacapital.com.br/internacional/uma-noite-na-porta-do-sol/ Acesso em: oito de maio de 2012.